

LEI MUNICIPAL Nº 118/2018

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO DE 2019

SENADOR SÁ – CE, 12 DE JUNHO DE 2018.

Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Senador Sá-CE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 2018.06.12-1

O Prefeito(a) Municipal de Senador Sá- Estado do Ceará, Regina Lucia Vasconcelos Cordeiro, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pelo Art. 28º, Inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, bem como as disposições evidenciadas no art. 48º da Lei complementar 101/2000, RESOLVE publicar mediante afixação nos locais de amplo acesso do público em geral no âmbito do Município de Senador Sá-CE, e na internet, através dos sites www.senadorsa.ce.gov.br, e a Lei Municipal Nº 118/2018, de 12 de Junho de 2018, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019.

PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE.

Paço do Poder Executivo Municipal de Senador Sá - Estado do Ceará.
Em, 12 de Junho de 2018.



REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao art. 4º da Instrução Normativa do TCM nº 03/2000, DECLARO, para fins de prova junto a esse Órgão de Controle Externo, que a Prefeitura Municipal de Senador Sá - CE, publicou mediante afixação nos locais de amplo acesso público em geral no âmbito do Município de Senador Sá-CE, no site www.senadorsa.ce.gov.br, a Lei Municipal Nº 118/2018, de 12 de Junho de 2018, que dispõe sobre a **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 (LDO)**, conforme EDITAL DE PUBLICAÇÃO em anexo.

Senador Sá - CE, 12 de Junho de 2018.



REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 118/2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências:

A Prefeita Municipal de Senador Sá - CE, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Regina Célia Vasconcelos Cordeiro, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Senador Sá - CE, para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- as diretrizes e estrutura organizacional para elaboração da Lei do Orçamento Anual;
- III- as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- IV- as diretrizes para execução e limitação dos orçamentos do Município;
- V- as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições gerais.

CAPITULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2019 que estão especificadas no anexo I da presente Lei terão precedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2019, porém não se constituindo em limite à programação das despesas. As metas de investimentos a serem fixadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 estão contempladas nas diretrizes do Plano plurianual (PPA) para o quadriênio 2018 a 2021.

§ 1º - A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - As dotações orçamentárias das metas e prioridades contempladas no anexo I desta Lei serão fixadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, que será encaminhado ao Legislativo Municipal até o dia 01 de outubro de 2018.

§ 3º - As obrigações constitucionais e legais do Município, a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2018, em relação às prioridades e metas de que trata o caput deste artigo.

§ 4º- As metas e prioridades especificadas no anexo I da presente Lei, deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, quando da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2019-2021.

Art. 3º - A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual - LOA, exercício de 2019, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da LC 101/2000.

§ 1º - A elaboração e a execução da LOA 2019 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§ 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais.

§ 3º - As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas e despesas previstas no anexo II desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;

II - iniciativa, atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 5º - A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Em atenção ao que preceitua a Lei Complementar 131, os poderes Executivo e Legislativo darão ampla transparência aos gastos públicos, com a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e ainda com a publicação dos seguintes relatórios e documentos:

- a) estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- c)- Prestação de Contas de Governo e Prestações de Contas de Gestão.
- d)- incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - O Poder Executivo deverá realizar audiências públicas durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 4º - As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

§ 5º - O Poder Executivo manterá na rede mundial de computadores programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, a prestação de contas de governo e as prestações de contas de governo e de gestão.

Art. 6º - A coleta de dados das propostas orçamentárias dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo, o seu processamento e a sua consolidação no Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2019, bem como suas alterações e as modificações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos por meio de sistema integrado de gestão orçamentária, vinculado a Secretaria de Finanças.

Parágrafo Único - Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria de Finanças, devidamente validados por seu titular, até 01 de setembro de 2018.

Art. 7º - A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes aos órgãos do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 8º - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo para ajuste e consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual até o dia 31 de agosto de 2018, observados os limites fixados no Art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 9º - A Lei do Orçamento Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida - RCL, apurada no RREO do 4º bimestre de 2018, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº 101, de 2000, e ainda, contrapartidas para convênios firmados e não previstos na proposta inicial.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, consideram-se passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos a deficiência de saldos orçamentários para o pagamento de despesas vinculadas à pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida contratados e precatórios judiciais, cuja deficiência das dotações iniciais se deram por conta de fatores imprevistos, como aumento do salário mínimo, aumento do piso nacional salarial, reposição da perda salarial através da revisão geral anual, dentre outros, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar referidas dotações, utilizando como fonte de recurso a anulação de saldos orçamentários da Reserva de Contingência.

Art. 10º - Para cumprimento das metas estabelecidas, sempre que necessário, em razão dos efeitos da economia nacional ou catástrofes de abrangência limitada ou decorrentes de mudança de legislação, o Poder Executivo adaptará as receitas e as despesas da LOA 2019 da seguinte forma:

- I - alterando a estrutura organizacional ou a competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo;
- II - incorporando receitas não previstas;
- III - não realizando despesas previstas.

Art. 11º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

- I - Realizar operações de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária - ARO, até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- II- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 70% (SETENTA POR CENTO) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- III- Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.
- IV - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 12º - Não poderão ser fixadas despesas em desacordo com os ditames desta Lei e sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 13º - É vedada a inclusão, na Lei do Orçamento Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam e atividades de natureza continuada e preencham uma das seguintes condições:

I- prestem atendimento direto ao público nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, turismo e lazer.

II- sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III- atendam ao disposto nos artigos 204 e 217 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93, especialmente com relação à regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4320/64.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não prestem contas da última subvenção recebida no prazo fixado no convênio.

Art. 14º - A Lei Orçamentária de 2019 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

- a) os projetos em andamento;
- b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da administração pública municipal;
- c) a contrapartida para os projetos com financiamento interno e convênios com outras esferas de governo;
- d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciais;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2016-2019.

§ 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2018, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

§ 3º Na área de Educação, terão prioridade os investimentos destinados à recuperação e modernização de unidades escolares, bem como à construção de novas unidades em substituição às aquelas que funcionam em prédios alugados.

Seção II

Da Estrutura e Organização Dos Orçamentos

Art. 15º – O Projeto da LOA 2019 que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será constituído de:

I – Texto da Lei;

II – Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4320, de 1964, conforme Anexo desta Lei;

III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando a fonte de recurso correspondente a cada cota parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira ou primária observada o disposto no art. 6º da Lei nº 4320, de 1964;

b) Despesas, discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV – Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Art. 16º – Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

Despesas Correntes

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

Art. 17º - A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária e a despesa, por função, sub - função, programa de governo, ação, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§ 1º - Os programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§ 2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

§ 3º - As ações orçamentárias citadas no parágrafo anterior, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I - atividades de pessoal e encargos sociais;
- II - atividades de manutenção administrativa;
- III - outras atividades de caráter obrigatório;
- IV - atividades finalísticas;
- V - projetos.

Art. 18º - As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão de serviços públicos constarão da Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifique.

Art. 19º - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 20º - A Lei do Orçamento Anual incluirá ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

- I - Dívida Fundada;

- II - das receitas e das despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no art. 2º, § 1º da Lei Federal nº. 4320 de 1964;
- III - da despesa por funções;
- IV - da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- V - da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;
- VI - da despesa, por fonte de recursos, para cada órgão, entidade e fundo;
- VII - da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, por ordem numérica;
- VIII - da despesa por programa;
- IX - dos projetos e atividades finalísticos consolidados;
- X - da compatibilidade das metas da programação dos orçamentos programadas nos orçamentos com os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, art. 5º da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Art. 21º - Na Lei Orçamentária não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;
- III - previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da administração pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;

Seção III

Das Diretrizes Específicas para a Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Art.22º - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
- II - das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- IV - do orçamento fiscal.

Parágrafo Único - A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 23º - O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

- I - as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas no Município;
- II - as dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício;
- III - as estimativas relativas às contribuições para a seguridade social dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários.

Art. 24º - Ficam os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, autorizadas a efetivar convênios e similares, no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

Parágrafo Único - A contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em agosto de 2018, projetada para o exercício de 2019, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§ 1º - para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2019, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º - os acréscimos a que se refere o caput só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§ 3º - fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cujo percentual será definido em lei específica, estando em sintonia com a inflação acumulada no exercício anterior, calculada conforme IGPM - FGV.

Art. 26º - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 27º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2019, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28º - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993, atualizados.

Art. 29º - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, seguindo o cronograma de desembolso, estipulado pelo Controle Orçamentário, salvo àquelas previamente autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 30º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 31º - As unidades, através de seus ordenadores, serão responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais autorizados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados pelo órgão gestor do orçamento municipal, para cada categoria de programação econômica, fontes de recursos, modalidades de aplicação e elemento de despesa.

Art. 32º - A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, serão registradas na data de suas respectivas ocorrências.

Art. 33º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção II

Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 34º - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e calculada de forma proporcional à participação do Poder em cada um dos citados conjuntos, excluídas as relativas às:

- I - despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município integrante desta Lei;
- II - despesas ressalvadas, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº101, de 2000, integrantes desta Lei;
- III - dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 referentes a doações e convênios.

Art. 35º - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;
- II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 36º - Todas as despesas relativas a amortização anual da dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Art. 37º - As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Art. 38º - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo das unidades orçamentárias.

Parágrafo Único - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 39º - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até 01 de julho de 2018, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de despesas, especificando:

- a) número do processo;
- b) número do precatório;
- c) data da expedição do precatório;
- d) nome do beneficiário;
- e) valor do precatório a ser pago.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 40º - O Projeto de Lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º - Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 41º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 42 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 42º - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, bem como modificações da legislação tributária nacional ou estadual.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual para sanção da Prefeita, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária anual.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43º - A Execução da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 44º - O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas pelos fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá ser consolidada junto a Contabilidade Central, para efeito do cumprimento do que determina a Lei Complementar 131/2009.

§1º - A Secretaria de Finanças deverá instituir guia com código de barras para recolhimento das receitas próprias.

§ 2º - A Secretaria de Finanças poderá autorizar a classificação diretamente nos respectivos órgãos e entidades, nos seguintes casos:

I - produto da arrecadação das receitas que tenham origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública, nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio;

II - produto da aplicação financeira das receitas mencionadas no inciso I deste parágrafo.

Art. 45º - A movimentação financeira dos órgãos da administração direta, autarquias e fundos, serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.

Art. 46º - As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º - O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de convênios ou instrumentos congêneres.

§ 2º - No caso de contratação de terceiros pelo conveniente ou beneficiário, as informações previstas no parágrafo anterior conterão, no mínimo, o nome e CPF ou CNPJ do fornecedor e valores pagos.

Art. 47º - A prestação de contas anual da Prefeita, denominada Prestação de Contas de Governo, bem como as prestações de contas de gestão, atenderão as disposições emanadas na Lei 4.320/1964, portarias STN, bem como nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, devendo ser elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, utilizando para tanto o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Parágrafo Único - Da prestação de contas anual constará necessariamente informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 48º. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º. - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 49º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 será encaminhado à Câmara Municipal, até 01 de outubro de 2018, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até 30 dias após o recebimento deste.

§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado no prazo especificado no caput do artigo, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.

§ 2º - Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2018, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2019, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Art. 50º - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados e da União, somente poderá ser realizado:

- I - Casos se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;
- II - Se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;
- III - Sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 51º - A execução orçamentária atenderá o que preceitua a legislação vigente, em especial as Normas elencadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, com dever de promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos.

Parágrafo Único: O Poder Executivo utilizara sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário as dotações ate seu respectivo montante, utilizando sistema eletrônico computadorizado.

Art. 52º - Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 53º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Senador Sá - CE, em 12 de Junho de 2018.



REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

Anexo I

METAS E PRIORIDADES

METAS PRIORITÁRIAS PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOSSA MISSÃO É GERAR RENDA

- Qualificar a mão de obra através de parcerias com o Sistema S (SESC; SENAC, SESI; SENAI);
- Fortalecer a agroindústria para diversas culturas (ex: caju, banana)
- Incentivar o associativismo e cooperativismo;
- Facilitar os financiamentos por meio dos órgãos competentes;
- Articular parcerias em ações com CDL e Fecomércio;
- Garantir a segurança no comércio;
- Oferecer incentivo fiscal e infraestrutura para atrair novas indústrias;
- Apoiar parceria público-privada para abastecimento;
- Implantar uma política fiscal eficiente que evite o convênio desleal;
- Organizar o comércio informal;
- Fortalecer a política de MEI (micro empreendedor individual);
- Promover feira de agricultura familiar;
- Garantir o fortalecimento e organização da nossa feira-livre, dialogando sempre com feirantes;

METAS PRIORITARIAS ESPORTE E LAZER

NOSSA MISSÃO É PROPORCIONAR ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE

- Construir área poliesportiva com quadra (futsal, vôlei, basquete), equipamentos de ginástica fixos, pista para skate;
- Incentivar o esporte realizando as olimpíadas escolares e o campeonato municipal de futebol de campo e futsal;
- Difundir o esporte, fazendo com que todas as modalidades sejam praticadas, bem como apoiar o acesso à prática desportiva nas localidades;
- Transformar as praças públicas em espaços de destinados as práticas esportivas e culturais, fortalecendo os relacionamentos entre os jovens, seus amigos, familiares e vizinhos;
- Viabilizar a Lei do Incentivo ao Esporte;
- Implantar o fórum do esporte.

METAS PRIORITARIAS JUVENTUDE E CULTURA

NOSSA MISSÃO É DAR VOZ AOS JOVENS

- Criar a secretaria de Juventude e Cultura;
- Disponibilizar laboratório aberto ao público com oficinas gratuitas de música (canto, instrumentos de corda e percussão), dança (street, hip hop e ritmos variados), artes plásticas (pintura, argila);
- Criar concurso (geração do bem, sou do bem, etc.) para premiar jovens que idealizem e realizem um trabalho voluntário na comunidade;
- Promover, patrocinar e incentivar igualmente todas as jovens participantes do Miss Senador Sá;
- Fazer parcerias com o terceiro setor para promover a ampliação das ações juvenis e a consciência democrática e social;
- Criar Fórum e Conselho Municipal da Juventude;
- Ampliar o atendimento aos jovens com foco na melhoria do ensino, da pesquisa, da qualificação profissional e vida comunitária;
- Fortalecer manifestações artísticas envolvendo a juventude no resgate da cultura local;
- Apoiar e incentivar as manifestações culturais em suas diversas modalidades.
- Resgatar a banda de Música Municipal e grupo folclórico;
- Promover a formação de Mestres da Cultura que repassam os saberes tradicionais populares de geração em geração;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura;
- Criar os cineclubes escolares e comunitários e ampliar as políticas públicas voltadas para a produção audiovisual;
- Realizar campanhas de esclarecimentos sobre sexualidade e drogas e trânsito.
- Garantir atendimento adequado e diferenciado aos dependentes químicos e o apoio aos seus familiares;
- Desenvolver em parceria com o Governo Federal, o programa Juventude e Meio Ambiente estimulando a formação e o fortalecimento de jovens lideranças ambientais.

METAS PRIORITARIAS TURISMO

NOSSA MISSÃO É VALORIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL

- Oferecer infraestrutura e divulgação para festivais religiosos e datas comemorativas como Libertação dos Escravos e Dia da Consciência Negra;
- Trabalhar a transversalidade cultural;
- Desenvolver o plano de municipalização do turismo;
- Restaurar e conservar o patrimônio histórico e pontos culturais do município como museu, construções e praças públicas;
- Promover ações de promoção da Igualdade racial;
- Investir na formação continuada de professore.

METAS PRIORITARIAS EDUCAÇÃO

NOSSA MISSÃO É VALORIZAR ALUNOS E PROFISSIONAIS DO ENSINO

- Melhorar os índices educacionais do Município;
- Implantar gradativamente educação em tempo integral;
- Reformar a estrutura física das escolas;
- Investir na educação infantil (creche e alfabetização);
- Premiar o desempenho de escolas, alunos e professores;
- Garantir a qualidade do transporte e merenda escolares;
- Implementar uma política de acompanhamento pedagógico;
- Fiscalizar a regularidade de funcionamento das escolas;
- Modernizar as tecnologias de informação na educação;
- Promover a cultura de paz nas escolas;
- Implantar gradativamente e quando necessário em contratação temporária seleção pública com critérios técnicos salvo casos de emergência;
- Adequar o perfil da formação acadêmica e área de atuação;
- Regularizar o pagamento dos salários;
- Ter um gestor com perfil técnico e comprometido com a;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Envolver a família na gestão da escola e na aprendizagem dos estudantes;
- Cumprir as metas do PNE e PME;
- Estabelecer parcerias com a UNILAB;

METAS PRIORITARIAS INFRAESTRUTURA

NOSSA MISSÃO É TER UMA SENADOR SÁ IDEAL PARA MORAR, TRABALHAR E CONVIVER.

- Viabilizar o saneamento básico inicialmente na sede e Antônio Diogo
- Manutenção das estradas;
- Implantar um sistema simplificado de abastecimento;
- Melhorar as condições de acesso a água através de escavação de 20 poços profundo em todo o município;
- Garantir a qualidade da limpeza pública com coleta seletiva em todas as localidades;
- Oferecer a população iluminação pública garantindo manutenção, consertos e ampliação de redes;
- Iluminar de forma especial o portal da cidade;
- Disponibilizar Rede de Internet com qualidade;
- Melhorar as instalações e vigilância sanitária no matadouro público e no mercado;
- Reformular o trânsito através da regulamentação, fiscalização, controle, agentes, sinalização e funcionamento do DEMUTRAN;
- Promover uma política de gestão focada na responsabilidade ambiental, tendo como foco a viabilização de estudos para reutilização das águas, reciclagem e utilização de energias renováveis.

METAS PRIORITARIAS PARA A AGRICULTURA

NOSSA MISSÃO É MANTER O PRODUTOR RURAL NO CAMPO

- Incentivar o Seguro Safra por tamanho da área plantada sem exclusão do produtor de cultura de subsistência;
- Diminuir a burocracia criando parcerias para facilitar o acesso ao crédito pelo BNB e Banco do Brasil;
- Disponibilizar o acompanhamento contínuo de técnicos no campo
- Fortalecer a cadeia produtiva (frutas, hortaliças e cultura de subsistência) da região;
- Implantar o projeto de aquisição de alimentos direto do agricultor para implantar nas merendas escolares
- Buscar parcerias como curso de Agronomia da UNILAB

METAS PRIORITARIAS SAÚDE

NOSSA MISSÃO É DAR QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR PARA O POVO

- Oferecer atenção primária da saúde;
- Reestruturar o material de saúde (suprimentos);
- Viabilizar a valorização dos profissionais de saúde locais;
- Adequar o quantitativo dos profissionais necessários para a manutenção da saúde;
- Criar estratégias de prevenção de doenças (vigilância sanitária, controle de zoonoses);
- Ativar os programas estratégicos como saúde da mulher, Caps, Ceo, atenção ao idoso e outros;
- Atualizar dados da territorialização;
- Realizar auditoria interna e externa na área da saúde municipal;
- Formar equipe para trabalhar na confecção de estratégia de fluxos e processos para melhorar a eficiência do atendimento em saúde (coordenadora da atenção básica com conhecimento);
- Realizar trabalhos para coletar dados epidemiológicos;
- Otimizar a gestão da saúde e fiscalização do emprego de recursos;
- Aprimorar o funcionamento do CAPS;
- Formar parceria na gestão de saúde com a Universidade;
- Valorizar o Hospital Municipal;
- Criar a casa de apoio aos pacientes;
- Viabilizar diálogo com o curso de enfermagem da UNILAB.

METAS PRIORITARIAS SEGURANÇA E CIDADANIA

NOSSA MISSÃO É DAR TRANQUILIDADE E PAZ PARA SENADOR SÁ

- Realizar oficinas de aprendizagem com os jovens (música, artes, pinturas, trabalhos manuais, artesanais) CRAS;
- Fortalecer parcerias com associações para o município;
- Revitalizar o abrigo para idosos, mulheres e jovens vítimas da violência (PROARES);
- Reativar o PRÓ CIDADANIA;
- Promover a capacitação (técnica) dos conselhos;
- Criar Ouvidoria Municipal (Geral) e ramificações nas secretarias municipais (setorial);
- Disponibilizar cartilha (municipal) informando direitos e deveres dos munícipes (moradores da região);
- Disponibilizar a cartilha "exercite a cidadania";
- Dar o funcionamento do DEMUTRAN para garantir mais segurança do trânsito;
- Políticas públicas voltadas para assistência a dependentes químicos (sugestão - ver projetos de inclusão social dos reabilitados, casas de tratamento gratuito com acompanhamento psicológico, médico, atividades esportivas e manuais para usuários ativos);
- Apoiar e incentivar as manifestações culturais em suas diversas modalidades;
- Promover a formação de Mestres da Cultura que repassam os saberes tradicionais populares de geração em geração;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

ANEXO II
RISCOS FISCAIS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Em conformidade com a Lei Complementar Nº101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso ocorram.

No que concerne a Outros Riscos Fiscais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Município. Dessa forma, o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Município de Senador Sá para 2019 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de transferências voluntárias, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias nos montantes necessários ao cumprimento das metas fiscais impostas para o exercício.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2018.

O Município de Senador Sá avança na direção de um regime fiscal responsável, em conformidade com os princípios, normas e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitirá a sustentação do ajuste fiscal no longo prazo.

O comprometimento do Governo Municipal com o ajuste fiscal será retratado pelos resultados obtidos a partir do primeiro trimestre de 2019, superiores aos dos anos anteriores, demonstrando que as metas previstas de superávit fiscal irão ser sistematicamente cumpridas.

Com o cumprimento das metas fiscais e avanços na institucionalização do ajuste fiscal, o equilíbrio fiscal do Município será alcançado. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário no futuro. Os riscos estão concentrados, principalmente, em passivos contingentes decorrentes de ações judiciais que podem contribuir para o aumento da despesa municipal intitulada de precatórios judiciais.

É importante ressaltar que os passivos contingentes mencionados neste Anexo não redundam em fatos inevitáveis, mas poderão exercer impactos sobre a política fiscal, caso se concretizem.

A divulgação dos passivos contingentes representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. Entretanto, essa não será, necessariamente, a única forma de cobertura dos riscos fiscais, podendo ser utilizados outros meios como, por exemplo, a realocação e redução de despesas discricionárias.

Paço da Prefeitura Municipal de SENADOR SÁ, em 12 de Junho de 2018.



REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

ANEXO III

METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O anexo de Metas Fiscais abrangerá os órgãos da Administração Direta dos Poderes, e entidades da Administração Direta, que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital, excluídas, neste caso, aquelas empresas lucrativas que recebam recursos para aumento de capital.

A LRF determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e conterà ainda:

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das mesmas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) avaliação da situação financeira e atuarial;
- e) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

Para 2019, a expectativa da inflação segundo o IPCA AMPLO será de 4,25 %.

Para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, o mercado financeiro elevou a previsão de um crescimento de 2,80%.

O mercado financeiro revisou para melhor as projeções para a taxa básica de juros (SELIC) para 2019. Agora, as expectativas são de que a SELIC chegue a 6,75% ao ano.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados.

Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO - 2019 são os seguintes:

VARIÁVEIS - expectativas	2019	2020	2021
TAXA DE INFLAÇÃO - (IPCA AMPLO)	4,25%	4,00%	4,00%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NACIONAL	2,80%	3,00%	3,00%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL	3,50%	3,80%	3,80%
PIB CEARÁ (R\$ MILHÕES)	165.138,39	179.984,33	179.984,33
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	3,75	3,70	3,70
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TOTAL - PROJEÇÃO	6,00%	5,00%	5,00%

Ressalta-se que o cenário macroeconômico atual impactou de forma direta nas perspectivas de arrecadação do tesouro municipal.

Dessa forma, com a adoção das políticas fiscal, monetária e creditícia restritivas, as despesas foram organizadas contemplando um incremento gradual da arrecadação municipal, vislumbrando uma perspectiva mais otimista ao final de 2019.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição do Município de Senador Sá em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Município.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da **PORTARIA Nº 495, DE 06 DE JUNHO DE 2017**, a qual que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

SENADOR SÁ - CE, em 12 de Junho de 2018.



REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RS 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas	200.000,00	Corte de gastos com pessoal	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Limitação de empenho.	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas - Combate a Seca	184.000,00	Firmar Convenios com Órgãos Públicos	184.000,00
Outros Passivos Contingentes	60.000,00	Limitação de empenho.	60.000,00
SUBTOTAL	444.000,00	SUBTOTAL	444.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
insuficiencia de Dotações p/ despesas com pessoal	384.000,00	Abertura de créditos Adicionais (RC)	384.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	140.000,00	Abertura de créditos adicionais	140.000,00
Outros Riscos Fiscais	10.000,00	Abertura de créditos adicionais	10.000,00
SUBTOTAL	534.000,00	SUBTOTAL	534.000,00
TOTAL	978.000,00	TOTAL	978.000,00

RC = reserva de contingencia

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
 Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB		Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	22.295.000,00	21.386.091,13	0,014	23.409.750,00	21.591.726,62	0,013	24.580.237,50	21.800.654,10	0,014
Receitas Primárias (I)	22.200.000,00	21.294.964,03	0,013	23.310.000,00	21.499.723,30	0,013	24.475.500,00	21.707.760,53	0,014
Despesa Total	22.295.000,00	21.386.091,13	0,014	23.409.750,00	21.591.726,62	0,013	24.580.237,50	21.800.654,10	0,014
Despesas Primárias (II)	21.800.000,00	20.911.270,98	0,013	22.890.000,00	21.112.340,90	0,013	24.034.500,00	21.316.629,71	0,013
Resultado Primário (III) = (I – II)	400.000,00	383.693,05	0,000	420.000,00	387.382,40	0,000	441.000,00	406.751,52	0,000
Resultado Nominal	354.000,00	339.568,35	0,000	252.500,00	445.120,83	0,000	500.000,00	638.274,98	0,000
Dívida Pública Consolidada	6.184.000,00	5.931.894,48	0,004	5.900.000,00	5.441.800,41	0,003	5.500.000,00	4.878.048,78	0,003
Dívida Consolidada Líquida	5.752.500,00	5.517.985,61	0,003	5.500.000,00	5.072.864,79	0,003	5.000.000,00	4.434.589,80	0,003
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	-	0,00	0,00		0,00	0,00	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00		0,00	0,00	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00		0,00	0,00	-

TAXA DE INFLAÇÃO – (IPCA AMPLO)	4,25%	4,00%	4,00%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NACIONAL	2,80%	3,00%	3,00%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL	3,50%	3,80%	3,80%
PIB CEARÁ (R\$ MILHÕES)	165.138,39	179.984,33	179.984,33
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	3,75	3,7	3,7
INCREMENTO DA ARRECADACÃO TOTAL –	6,00%	5,00%	5,00%

SENADOR SÁ – CE, EM 12 de abril de 2018.

METODOLOGIA DE CALCULO VALOR CONSTANTE:

2019: Valor Corrente / 1,0425 - 2020 - Valor Corrente / 1,0842 - 2021- Valor corrente / 1,1275

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	22.016.000,00	0,015%	17.468.037,30	0,012%	4.547.962,70	0,003%
Receitas Primárias (I)	21.843.000,00	0,015%	17.410.124,38	0,012%	4.432.875,62	0,003%
Despesa Total	22.016.000,00	0,015%	17.737.077,82	0,012%	4.278.922,18	0,003%
Despesas Primárias (II)	21.618.000,00	0,015%	17.367.255,79	0,012%	4.250.744,21	0,003%
Resultado Primário (III) = (I-II)	225.000,00	0,000%	42.868,59	0,000%	182.131,41	0,000%
Resultado Nominal	354.000,00	0,000%	3.332.755,70	0,002%	-2.978.755,70	-0,002%
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	0,001%	6.629.880,73	0,005%	-4.979.880,73	-0,003%
Dívida Consolidada Líquida	1.274.000,00	0,001%	6.042.857,13	0,004%	-4.768.857,13	-0,003%

NOTA:

FONTE: ANEXO DE METAS FISCAIS LDO 2017 / RREO 6º BIMESTRE 2017.

PIB ESTADUAL PREVISTO PARA 2017: 145.302.000.000,00

SENADOR SA - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
 Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	16.154.746,22	17.891.680,38	0,013	17.468.037,30	0,012	22.295.000,00	0,014	23.409.750,00	0,013	24.580.237,50	0,014
Receitas Primárias (I)	16.086.986,65	17.832.386,54	0,013	17.410.124,38	0,012	22.200.000,00	0,013	23.310.000,00	0,013	24.475.500,00	0,014
Despesa Total	17.247.620,25	17.237.766,39	0,013	17.737.077,82	0,012	22.295.000,00	0,014	23.409.750,00	0,013	24.580.237,50	0,014
Despesas Primárias (II)	16.060.986,79	17.116.142,07	0,013	17.367.255,79	0,012	21.800.000,00	0,013	22.890.000,00	0,013	24.034.500,00	0,013
Resultado Primário (III) = (I - II)	25.999,86	716.244,47	0,001	42.868,59	0,000	400.000,00	0,000	420.000,00	0,000	441.000,00	0,000
Resultado Nominal	913.901,80	567.542,80	0,000	3.332.755,70	0,002	354.000,00	0,000	252.500,00	0,000	500.000,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	2.074.423,98	2.685.565,65	0,002	6.629.880,73	0,005	6.184.000,00	0,004	5.900.000,00	0,003	5.500.000,00	0,003
Dívida Consolidada Líquida	1.292.000,36	2.011.080,45	0,001	6.042.857,13	0,004	5.752.500,00	0,003	5.500.000,00	0,003	5.000.000,00	0,003

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	14.597.222,57	16.834.475,33	0,013	16.967.496,16	0,012%	21.386.091,13	0,013	21.591.726,62	0,012	21.800.654,10	0,012
Receitas Primárias (I)	14.535.995,89	16.778.685,11	0,012	16.911.242,72	0,012%	21.294.964,03	0,013	21.499.723,30	0,012	21.707.760,53	0,012
Despesa Total	15.584.729,60	16.219.200,59	0,012	17.228.827,41	0,012%	21.386.091,13	0,013	21.591.726,62	0,012	21.800.654,10	0,012
Despesas Primárias (II)	14.512.502,75	16.104.762,96	0,012	16.869.602,52	0,012%	20.911.270,98	0,013	21.112.340,90	0,012	21.316.629,71	0,012
Resultado Primário (III) = (I - II)	23.493,14	673.922,16	0,001	41.640,20	0,000%	383.693,05	0,000	387.382,40	0,000	391.130,82	0,000
Resultado Nominal	825.790,01	534.007,15	0,000	3.237.256,63	0,002%	339.568,35	0,000	445.120,83	0,000	638.274,98	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.874.423,04	2.526.877,73	0,002	6.439.903,57	0,004%	5.931.894,48	0,004	5.441.800,41	0,003	4.878.048,78	0,003
Dívida Consolidada Líquida	1.167.435,04	1.892.247,32	0,001	5.869.700,95	0,004%	5.517.985,61	0,003	5.072.864,79	0,003	4.434.589,80	0,002

PIB ESTADUAL PREVISTO PARA 2017: 145.302.000.000,00

FONTE:LDO 2017 - RELATORIOS LRF 2015 A 2017

SENADOR SA - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	584.951,95		4.986.951,30		5.195.503,32	
TOTAL	584.951,95		4.986.951,30		5.195.503,32	0,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio						
Reservas	0,00		0,00	0,00%	0,00	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00		0,00	0,00%	0,00	
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2017	2016	2015
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2017	2016	2015
VALOR (III)			

FONTE: BALANÇO GERAL EXERCÍCIOS DE 2015 A 2017

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS		2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições				
Patronal				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Cobertura de Déficit Atuarial				
Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)				
DESPESAS		2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)				0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano Financeiro				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
Outros Aportes para o RPPS				
Plano Previdenciário				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outros Aportes para o RPPS				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

NOTA: O MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ É FILIADO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL - INSS

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.

Regina Lucia Vasconcelo Cordeiro
REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal

MUNICIPIO: SENADOR SÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
TOTAL						-

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
 Prefeita Municipal

MUNICIPIO: SENADOR SÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	1.650.000,00
(-) Transferências Constitucionais	714.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	936.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	936.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	936.000,00

SENADOR SÁ - Ce, em 12/06/2018.


REGINA LUCIA VASCONCELO CORDEIRO
Prefeita Municipal